

<b>Contribuições ao debate sobre a reforma trabalhista brasileira em curso</b>	<b>122</b>
<i>Contributions to debate the ongoing Brazilian labor reform</i>	
<i>Contribuciones al debate sobre la reforma laboral brasileña en curso</i>	
<i>Bruno Souza B. Maxta; Thais Vieira Esteves</i>	

## **OUTRAS VOZES**

<b>Em greve</b>	<b>126</b>
<i>On strike</i>	
<i>En huelga</i>	
<i>Lucas Bronzatto</i>	

## **RESENHA**

<b>"A Legalização da Classe Operária", de Bernard Edelman</b>	<b>132</b>
<i>"The legalization of the working class", from Bernard Edelman</i>	
<i>"La legalización de la clase operaria", de Bernard Edelman</i>	
<i>Alexandre Marinho Pimenta</i>	

Após intenso debate no mundo acadêmico, nas mídias e organizações, nos botecos e nas fábricas, com enfrentamentos nas ruas e seções tumultuadas tanto na Câmara de Deputados como no Senado Federal, em novembro de 2017 entrou em vigor a nova legislação trabalhista brasileira, alterando direitos relativos a férias, jornada de trabalho, remuneração e plano de carreira, entre outros.

Este número da Revista Intervezes tem como foco refletir sobre a relação entre as mudanças no modo de produção e as Reformas/Contrarreformas do Estado, especialmente no que tange a reforma trabalhista.

Dessa forma, a seção Debate traz discussão sobre os antecedentes e as consequências dessa reforma nas relações de trabalho e para a organização da classe trabalhadora. Em argumento inicial de Bruno Souza Bechara Maxta e Thais Vieira Esteves são analisadas as conjunturas que promoveram modificações nas modalidades contratuais e nas jornadas de trabalho, na remuneração dos trabalhadores e na estrutura e envolvimento sindical na relação de trabalho, de forma a melhor compreendermos suas implicações no processo de reprodução capitalista e para a resistência e real luta sindical. A seção conta ainda com as contribuições de Andréia Galvão, José Dari Krein e Luci Praun.

Em uma perspectiva histórica Eduardo Stotz faz análise sobre política salarial, lutas operárias no Brasil e o salário mínimo, refletindo sobre como a reprodução das relações sociais capitalistas exige o concurso da política estatal. A partir das contribuições teóricas de Keynes e Kalecki, o economista Jorge Natal examina a reforma trabalhista quanto a promessa de que ela levaria ao aumento do emprego e da renda nacional. E como a noção de precariado ganha lugar em meio ao debate sobre a reforma, Ariana David Wenceslau e Thais Esteves analisam os limites dessa noção em relação ao conceito de superpopulação relativa ou exército industrial de reserva (EIR). Elaine Cristina Vieira de Magalhães e Luciana Gomes analisam a produção científica brasileira sobre a relação entre desemprego e saúde mental. E Aline da Silva Coelho discute como a empatia pode ser um instrumento de gestão.

Tomado pela efervescência das lutas que se juntaram nas ruas do Rio de Janeiro em junho de 2013, indignado com as repressões e sofrendo-as no corpo e na mente, como um ato político, Lucas Bronzatto escreveu o poema "Em Greve", que compartilha conosco. E ainda, Alexandre Marinho Pimenta faz análise da obra "A legalização da classe operária", de Bernard Edelman. Em tempos de tanto retrocesso no estado de direito, a carteira de trabalho, instituída pelo decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, outrora documento que garantia o acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas, hoje parece perder sentido de ser. Mas a luta continua, mesmo...

*sem nada que amenize  
nada que atenua  
nada que concilie o inconciliável<sup>1</sup>*

**CONSELHO EDITORIAL**

---

<sup>1</sup> Retirado de "Em greve", de Lucas Bronzatto

## O passado do futuro: Salário mínimo, política salarial e lutas operárias no Brasil

*The past of the future: minimum wage, wage policies and workers' struggle in Brazil*

*El pasado del futuro: salario mínimo, política salarial y luchas operarias en Brasil*

**Eduardo Stotz**

ENSP/FIOCRIZ

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

eduardostotz@gmail.com

### RESUMO

Examinamos o salário mínimo como integrante do processo de acumulação de capital e, portanto, do desenvolvimento capitalista impulsionado pelo Estado no Brasil e, simultaneamente, dos conflitos de classe enraizados naquele processo durante os anos de 1934 e 1995. Determinação econômica e condicionamento político constituem aspectos contraditórios de um processo social mais amplo. A perspectiva analítica fundamenta-se na ideia de que a reprodução das relações sociais capitalistas exige o concurso da política estatal. Do ponto de vista de método, o estudo proposto é encaminhado por meio da revisão crítica da literatura especificamente relacionada aos temas da política salarial. O trabalho está organizado em três partes: na primeira, faz-se um esboço histórico sobre a instituição do salário mínimo, fixado arbitrariamente pela ditadura estadonovista (1940) e depois negociado nas Comissões de Salário (1951-64); na segunda, examina-se, sob a ditadura militar, a fase do arrocho salarial, quando o salário mínimo ficou abaixo do nível de subsistência (1964-1984); e na terceira e última parte, procura-se identificar, na fase entre 1985 e 1995, a transição do controle estatal sobre os salários para as negociações diretas entre capital e trabalho nas categorias econômicas em que se organizam seus interesses sindicais.

**Palavras-chave:** *salário mínimo; política salarial; conflito de classes; negociações diretas.*

### ABSTRACT

This paper examines minimum wage as part of capital accumulation process, of capitalist development in Brazil propelled by Brazilian state and simultaneously of class conflicts rooted in these processes during the period between 1934 and 1995. Economic determination and political conditioning constitute contradictory aspects of a broader social process. The idea that reproduction of capitalist social relations demands the concurrence of state-run policies grounds the analytical perspective. In terms of method, the study drives a critical literature review related specifically to wage policies' issues. It is organized into three parts: the first one historically sketches the minimum wage institution, arbitrarily settled by dictatorship of 'Estado Novo' (1940) and then negotiated on Salary Commissions (1951-1964); the second examines the wage squeeze period under military dictatorship, when minimum wage remained below subsistence levels (1964-1984); and the third and last part tries to identify, between 1985 and 1995, the transition from state control over wages to direct negotiations between capital and labor in economic categories in which their union interests are organized

**Key words:** *minimum wage; wage policies; class conflicts; direct negotiations.*

### RESUMEN

Examinamos el salario mínimo como integrante del proceso de acumulación de capital y, por lo tanto, del desarrollo capitalista impulsado por el Estado en Brasil y, simultáneamente, de los conflictos de clase enraizados en aquel proceso durante los años de 1934 y 1995. Determinación económica y condicionamiento político constituyen aspectos contradictorios de un proceso social más amplio. La perspectiva analítica se fundamenta en la idea de que la reproducción de las relaciones sociales capitalistas exige el concurso de la política estatal. Desde el punto de vista del método, el estudio propuesto es encaminado por medio de la revisión crítica de la literatura especificamente relacionada a los temas de la política salarial. El trabajo está organizado en tres partes: en la primera, se hace un esbozo histórico sobre la institución del salario mínimo, fijado arbitrariamente por la dictadura del "Estado Novo" (1940) y luego negociado en las Comisiones de Salario (1951-64); en la segunda, se examina, bajo la dictadura militar, la fase de la compresión salarial, cuando el salario mínimo quedó por debajo del nivel de subsistencia (1964-1984); y en la tercera y última parte, se busca identificar, en la fase entre 1985 y 1995, la transición del control estatal sobre los salarios para las negociaciones directas entre capital y trabajo en las categorías económicas en que se organizan sus intereses sindicales.

**Palabras clave:** *salario mínimo; políticas salariales; conflictos de clase; negociaciones directas.*